



## **A pluralidade dos saberes e experiências no ambiente escolar: imigrantes bolivianos na rede municipal de São Paulo**

*Francione Oliveira Carvalho*  
Diversitas/USP  
francioneoliveiracarvalho@ig.com.br

Atualmente vemos comunidades oriundas dos países da América do Sul fazerem de São Paulo seu novo território. Conflitos e debates urbanísticos, culturais e políticos nascem desta nova realidade, assim, fronteiras simbólicas são erguidas e começam a delimitar as ações dos sujeitos envolvidos. A situação econômica de seus países de origem e a possibilidade de trabalho e mobilidade social motivam a migração para a cidade paulista. Entretanto, a maioria acaba em trabalhos informais, principalmente na indústria têxtil das regiões do Bom Retiro, Brás e Pari, bairros que concentram forte mercado varejista de apelo popular. Essa realidade faz com que estes imigrantes enfrentem diversos problemas tais como o trabalho escravo ou subumano, concorrência “profissional” e constantes situações de preconceito, seja pelos contratantes, população local como também pelos grupos que possuem origem sul-americana diversas. Relatos de professores e notícias veiculadas nas diversas mídias revelam que estes conflitos adentram as escolas que recebem estes grupos. Por não saberem lidar com as questões levantadas, muitas instituições reforçam o preconceito e a exclusão dos imigrantes fortalecendo assim um círculo vicioso de não reconhecimento identitário e cultural. Nesse contexto, investigamos como a interculturalidade se apresenta e se reconstrói em território brasileiro a partir dos imigrantes bolivianos matriculados na rede municipal de educação de São Paulo, que ao atravessar fronteiras impõe a necessidade de reconhecermos a pluralidade dos saberes e experiências no ambiente escolar. Acreditamos que a educação e a cultura devem servir como um combate as hierarquias de saberes e epistemologias reducionistas, que defendem uma escala de poderes e valores entre as tradições culturais e científicas. E defendemos a urgência e a necessidade de se pensar a cultura e a política a partir da valorização da diversidade humana e a democracia a partir da participação ativa na construção dos conhecimentos.

São Paulo. Bolivianos. Educação. Interculturalidade. Rede Municipal

Na fronteira geográfica ou nas comunidades que recebem imigrantes, a identidade é tema privilegiado, porque nela o sujeito é constantemente inquirido: quem é você? A que lado você pertence? As respostas para essas e outras questões tornam-se cada vez mais complexas e ambivalentes na afirmação da identidade. Fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são, sobretudo simbólicas, referências mentais que guiam a percepção da realidade e dialogam com a identidade. Não sendo construções atemporais que possuem um núcleo imutável de valores, as identidades culturais são reelaboradas a partir das novas configurações espaciais e sociais que encontram.

Diferentes possibilidades de ser passam a conviver no mesmo território, abrindo fendas para a problematização sobre o próprio conceito de território, que deixa de ficar encerrado no espaço físico. Portanto, as fronteiras que anteriormente delimitavam o campo da ação política das nações, hoje são móveis, instáveis, abarcando também os diversos pertencimentos e subjetividades. O redirecionamento das fronteiras poderá tanto ser recrudescido como aponta Foucher (2009) ao lembrar que desde 1991, mais de 26 mil quilômetros de novas fronteiras internacionais foram instituídas e outras 24 mil foram objeto de acordos de delimitação e de demarcação, fazendo com que os muros, as cercas e as barreiras metálicas ou eletrônicas, se unidas, se alongariam por mais de 18 mil quilômetros ou marco para a consolidação de outra compreensão de fronteira. Para que isso ocorra, a negociação e a delimitação das fronteiras não poderão ficar circunscritas aos interesses econômicos, identitários e de hegemonia. Não são apenas as fronteiras que são colocadas em discussão, mas a compreensão que temos de política e de cidadania.

Portanto, como pensar nestas questões a partir da cidade de São Paulo? A cidade não é fronteira, entretanto desde o final do século XIX recebe grupos de imigrantes vindos de toda parte do mundo. Atualmente vemos comunidades oriundas dos países da América do Sul fazerem de São Paulo seu novo território. Conflitos e debates urbanísticos, culturais e políticos nascem desta nova realidade, assim, fronteiras simbólicas são erguidas e começam a delimitar as ações dos sujeitos envolvidos.

Como ocorrem os contatos culturais entre os moradores da cidade e os forasteiros? Ou como nomeia Norbert Elias (2000) entre os estabelecidos e os *outsiders*? E entre o próprio grupo de imigrantes? É possível perceber transformações culturais ou diferenças entre o tratamento/diálogo dos moradores de São Paulo com cada grupo cultural? Como estes brasileiros veem os bolivianos? Peruanos? Paraguaios? E como estes grupos percebem os brasileiros? Como a escola lida com essa realidade?

Todas estas questões me mobilizaram para que em 2013 iniciasse uma pesquisa de Pós-Doutoramento no Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da USP a respeito da imigração sul-americana e as negociações culturais na escola de São Paulo. Desde a implementação do Mercosul vemos o fluxo destes imigrantes aumentar tanto nas regiões de fronteiras como nas grandes cidades brasileiras, caso da capital paulista.

Segundo dados da Polícia Federal e do Museu da Imigração de São Paulo, a comunidade boliviana é a segunda que mais cresce na cidade de São Paulo, entretanto, percebe-se que o número de peruanos, seguidos dos paraguaios cresceu regularmente ao longo dos últimos anos.

A imigração boliviana como diversos estudos apontam não é algo novo no Brasil. O ponto de partida foi a década de 1950 devido a um programa entre Brasil e Bolívia que beneficiava estudantes bolivianos que vinham para o território brasileiro em busca de qualificação acadêmica. Entretanto é a partir a década de 1970 que a migração boliviana e de outros países da América do Sul torna-se uma constante, intensificada, no caso da Bolívia, a partir de 1985.

A impressão de que a imigração boliviana é algo recente ocorre porque nos últimos anos ela se acelerou. Segundo o último Censo, entre 2000 e 2010 o número de bolivianos na cidade de São Paulo cresceu 173%. O Consulado da Bolívia estima que a população total no Brasil seja em torno de 350 mil imigrantes, sendo 75% residentes na região metropolitana de São Paulo.

A imigração boliviana no território brasileiro caracteriza-se por uma forte concentração em poucos lugares. Souchard (2012) afirma que no caso de São Paulo a distribuição dos migrantes é desigual, mas que atinge todas as áreas do perímetro urbano do município, alcançando a região metropolitana de São Paulo, principalmente em Guarulhos, Osasco e Diadema. Do total de bolivianos que vivem na região metropolitana de São Paulo, 19,5% estão na região central da capital nos bairros do Bom Retiro, Pari, Canindé, Belém e Brás. Nessas áreas, eles dividem espaço com outros grupos, como coreanos, judeus, poloneses e outros migrantes da América do Sul. O que não acontece nas outras regiões, Souchard (2012) ainda aponta que em Guarulhos e na região sul da capital eles representam quase 100% do total de imigrantes e possuem pouco tempo de residência, contrário da região central onde possuem maior tempo de presença acumulada.

Ao olharmos especificamente para a educação, alguns dados comprovam a forte presença da comunidade boliviana no sistema educativo paulista. A Secretaria Estadual de São Paulo divulgou que em 2013, 7,1 mil estudantes nascidos em outros países se matricularam em escolas estaduais, sendo os bolivianos a maioria entre os alunos, totalizando 58% do total. Já na rede municipal de ensino paulistana, segundo dados oficiais de 2013

há 3.319 alunos estrangeiros matriculados nas escolas municipais, sendo 66% de bolivianos, o que corresponde a 2.190 alunos. Entretanto, estes dados não levam em consideração os alunos de origem boliviana mas nascidos no Brasil, que se totalizados, aumentariam enormemente estes números.

É importante lembrar que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente e diversos acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro garantem o direito à educação ao estudante vindo de outro país, independentemente de sua situação no país. Na região central de São Paulo onde estão os bairros do Brás, do Pari e do Bom Retiro há 35 escolas públicas, sendo 29 pertencentes a rede estadual de ensino e 8 da rede municipal. Sendo que esta investigação privilegiou as escolas administradas pela Prefeitura de São Paulo que atendem alunos do ciclo fundamental.

Após o contato com as instituições decidiu-se no recorte de duas escolas, sendo uma delas não pertencente a sondagem inicial por estar um pouco mais distante da área inicialmente levantada, isso ocorreu devido ao nome desta instituição aparecer nas entrevistas iniciais com os diretores como exemplo de escola que enfrentava questões específicas devido ao número excessivo de alunos de origem boliviana. Assim, a EMEF Anália Franco Bastos adentra ao corpus da pesquisa junto com a EMEF Infante Dom Henrique.

Essa comunicação não pretende neste momento apresentar dados conclusivos ou analíticos sobre o trabalho desenvolvido nestas escolas, como também a atuação dos professores, mas reconhecer a necessidade de uma escola democrática e aberta ao reconhecimento cultural.

Inicialmente procurou-se fazer um levantamento exato do número de alunos estrangeiros matriculados nestas instituições. Entretanto, esse trabalho não foi necessário porque as próprias instituições tinham finalizado recentemente este diagnóstico. A partir de entrevistas com os gestores, professores, alunos e inserção no cotidiano escolar procura-se perceber: Como é a convivência no espaço escolar, como ocorrem o reconhecimento identitário e as negociações culturais, como a escola afirma ou desconstrói discursos e ações presentes em outras esferas culturais e quais estratégias devem ser criadas para uma escola ser considerada inclusiva, democrática e intercultural.

A EMEF Anália Franco Bastos foi criada em 1992 a partir de um antigo convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e a Federação Espírita de São Paulo para



atender as crianças provenientes das favelas do Benfica, Vila Maria e Nelson Cruz. Inicialmente instalada na Casa Transitória Fabiano de Cristo, em 2008, a escola muda para o endereço atual na região do Belém e começa a receber um número cada vez maior de famílias bolivianas, que totalizam hoje 40% dos alunos matriculados na instituição.

Carmosina Augusta Rocha, diretora da escolar desde 2013, em entrevista ao pesquisador aponta:

A estatística que foi feita, é que aqui tem 40% de alunos bolivianos, sendo que 12% por cento vieram mesmo da Bolívia e os outros 28% são filhos de bolivianos. Aqui nós temos 656 alunos. Eu não sei se já mudou, porque é muito dinâmico, mas não chega a 700. E aí, são todos da nossa responsabilidade, afinal eles estão no nosso país, eles tem que interagir conosco e nós com eles. Então, para mim, quando eu falo todos os brasileiros, eles também estão no meio, já não faço distinção entre eles. Muito embora, você viu as características físicas, de longe eles já se dizem, porque não há mistura de raças parece que lá tanto quanto a nossa, me parece porque são todos muito marcados a característica.

*(Carmosina Augusta Rocha em entrevista realizada no dia 12/09/2013).*

Já a EMEF Infante Dom Henrique, localizada no Canindé foi criada em 1960, e tal como a EMEF Anália Franco Bastos atende uma comunidade escolar que convive com situações de vulnerabilidade. A escola é vizinha de uma favela e de diversos equipamentos sociais que atendem principalmente moradores de rua e que acolhem migrantes nacionais e internacionais. Um ponto a destacar é que EMEF Infante Dom Henrique é próxima a Praça Kantuta, importante centro de socialização da comunidade boliviana em São Paulo. Porém, o número total de alunos de origem estrangeira na instituição é menor que da escolar anterior, totalizando 12,5% dos alunos matriculados.

Cláudio Marques das Silva Neto, diretor da EMEF Infante Dom Henrique desde 2011, revela em entrevista os desafios que a diversidade traz ao cotidiano escolar:

Ainda é o grande desafio, a gente já tem alguns que são integrados, temos em média 12,5% de bolivianos na escola, que é a última pesquisa que a gente fez, muitos demoram bastante para se integrar, nós não conseguimos fazer com que o próprio projeto da escola dê conta disso mais rapidamente, mas estamos indo. De que maneira? Conversando mais com os alunos, incluindo nas atividades. No projeto, por exemplo,

“os valores que não tem preço”, trabalha com esses valores, em cada bimestre um valor diferente, o primeiro valor trabalhado esse ano foi identidade, e uma das ações do projeto foram os alunos bolivianos apresentando as coisas da Bolívia, nas aulas, nos espaços, eles saíram por aí, ou seja, já mudou um pouco os próprios alunos trazendo a cultura da Bolívia para dentro da escola, que aqui no Brasil eles terem condições de falar um pouco deles, da cultura, do modo de vida, para além da informação do professor. Então, eles já participarem já é um começo e, a gente faz reuniões com pais de alunos estrangeiros, como os alunos bolivianos são a maioria na escola, então os pais boliviano evidentemente estão aí em maior quantidade, eles vem para a reunião e a gente tem discutido o que a escola pode fazer para se tornar um ambiente mais acessível, que de fato eles venham para cá e se sintam parte desse lugar. A gente tem tido alguns retornos, na festa junina, por exemplo, a barraca Brasil/Bolívia que foi muito bacana, é resultado desse diálogo, e também, nós temos um curso de português e espanhol para preferencialmente os alunos bolivianos. Por quê? Nós não queremos aculturar também, isso é uma outra preocupação que a gente tem. De dar atenção a eles de que maneira? Manter a cultura deles, na língua, então, a gente tem receio de que muitos, por conviverem muito tempo no Brasil e não podendo voltar, eles percam o contato com a língua espanhola. A gente tem um curso de espanhol preferencialmente para alunos bolivianos.

(Cláudio Marques das Silva Neto em entrevista realizada no dia 15/09/1013).

O que se percebe na EMEF Infante Dom Henrique quanto na EMEF Anália Franco Bastos é a vontade de não fechar os olhos para as demandas que a presença dos alunos estrangeiros trazem para o cotidiano escolar, e isso se dá, principalmente pela atuação dos gestores das instituições que colocam o tema na pauta da formação dos professores, dos eventos escolares e abrem a escola para o diálogo com toda a comunidade.



**Fig. 1** Grupo Folclórico Kantuta Bolívia se apresentando na Festa Junina de 2013 na EMEF Anália Franco Bastos em São Paulo. Foto do autor.





**Fig. 2.** Encontro quinzenal que acontece na EMEF Infante Dom Henrique com os alunos estrangeiros para discutir ações e necessidades do grupo.

O nome do educador Paulo Freire surge nas falas dos diretores das duas escolas em diversos momentos e parece marcar a atuação profissional de ambos. Freire acreditava que o poder pedagógico e educativo deveria ser democratizado, e não algo definido apenas “entre os muros da escola”. Para o educador, a democratização do poder de participação e decisão significa a defesa de uma democracia radical, na qual a população tem de estar presente na história, e não simplesmente estar nela representada.

Na escola, tal transformação envolve a participação de todos os agentes educativos, por meio de diálogo igualitário, em busca de construção de consensos. O importante é que o diálogo busque formas de superar os obstáculos à aprendizagem e uma abertura que possibilite conhecer, aprender e construir conhecimentos coletivos que leve em consideração todas as identidades culturais presentes na comunidade escolar.

Promover mudanças sociais e culturais no entorno em que se insere a escola e nas suas relações com a comunidade é de fundamental importância, já que, no contexto atual, a aprendizagem não depende apenas do que passa em aula, mas está conectada ao que ocorre em casa, na rua, ao que veiculam os meios de comunicação. Informação e formação advêm de diferentes locais, fazendo desaparecer as fronteiras entre o interior e o exterior da escola e a hierarquia dos saberes.

Nesse contexto, a diversidade cultural e a imigração possibilitam significativas possibilidades de aprendizagem mútua, e a arte e a cultura estratégias de mediação e

reconhecimento cultural, tecendo fios e desfazendo os nós que muitas vezes teimam em aprisionar o olhar e o conhecimento.

É importante afirmar que os imigrantes, ao contrário do que pensa o senso comum, estão cada vez mais organizados e abertos a uma discussão política que leve em conta a diversidade. A 7ª *Marcha do Imigrante*, ocorrida em São Paulo no início de dezembro de 2013 trouxe um tema muito claro: “Nova Lei de Migração Justa e Humana para o fim da discriminação”. Ela aponta a necessidade de uma política municipal de imigração que supere o tratamento securitário da imigração para uma abordagem que foque nos direitos humanos dos imigrantes.

As atuais políticas públicas e a atuação dos agentes públicos terminam por causar a criminalização do imigrante, especialmente o pobre. Neste contexto, na marcha muitos cartazes recomendavam a substituição da Polícia Federal como o órgão de acolhimento dos migrantes e que a garantia efetiva de direitos pressupõe imensas lutas sociais, que deve ser encampada por diversos setores da sociedade para ser bem sucedida. Ao mesmo tempo, que a inserção sociocultural dos imigrantes deve ocorrer a partir da perspectiva do interculturalismo e da diversidade cultural.



**Fig. 3.** 7ª Marcha do Imigrante, 2013, São Paulo. Foto do autor.



Nesse contexto, uma das demandas mais significativas dos diversos grupos de imigrantes é a necessidade de uma escola inclusive, intercultural e preparada para lidar com a diversidade. A escola intercultural é aquela que irá trabalhar com as diferenças individuais e de grupo, respeitando os valores da democracia, da liberdade e da igualdade dos indivíduos, estudando como as diferentes culturas entrecruzam-se uma nas outras e possibilitam novos encontros. Entretanto, é importante pensarmos que o primeiro encontro necessário é o da escola com a comunidade.

A escola enquanto instituição social é um dos espaços privilegiados de formação em que a aprendizagem dos saberes deve estar relacionada ao cotidiano dos alunos, desde o aspecto local ao global. Assim, a escola, além de possibilitar aos alunos a apropriação dos conteúdos de maneira crítica e construtiva, precisa valorizar a cultura e a arte de sua própria comunidade, contribuindo para o exercício de cidadania.

A interculturalidade na educação exige que se repensem o conceito de cultura, as relações étnicas, sociais, pedagógicas, os procedimentos de ensino e principalmente os objetivos educacionais das escolas. A reflexão sobre a prática se torna uma exigência fundamental para os professores. Todas as estratégias que compõem o seu dia a dia passam por uma análise que tem por fim perceber como as culturas e as identidades são abordadas no cotidiano escolar.

### **Referências bibliográficas:**

CARVALHO, Francione Oliveira. *Fronteiras Instáveis: inautenticidade intercultural na escola de Foz do Iguaçu*. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

CARVALHO, Francione Oliveira. MARTINS, Mirian Celeste. *A Interculturalidade na formação do pedagogo brasileiro: territórios de Arte & Cultura*. Simposio Latinoamericano de Formación de Profesores de Artes: Investigaciones actuales y sus contextos. Universidad Sergio Arboleda, Colômbia, 2013.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FOUCHER, Michel. *Obsessão por fronteiras*. São Paulo: Radical Livros, 2009.



FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Terra e Paz, 1996.

SILVA, Sidney. *Bolivianos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

SOUCHAUD, Sylvain. *A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo?* in *Imigração Boliviana no Brasil* / Rosana Baeninger (Org.). – Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. 316p.